RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 18 de Novembro de 2026

Propina aos vereadores foram pagas por Pix e em dinheiro vivo na Câmara

Operação perfidia

Pablo Rodrigo A Gazeta

Trocas de mensagens e áudios via Whatsapp, pagamento de R$ 150 mil, via PIX, e R$ 100 mil em espécie em mãos do vereador Sargento Joelson (PSB) dentro da Câmara de Cuiabá. Estas são as principais provas que levaram a juíza do Núcleo de Inquéritos Policiais (Nipo), Edna Erdeli Coutinho, afastá-lo por 180 dias juntamente com o vereador Chico 2000 (PL). É o que aponta as investigações da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), que deflagrou a Operação Perfídia para investigar um esquema de corrupção envolvendo os parlamentares e a empresa HB 20 Construções Eirelli, que acabou sendo beneficiada por receber R$ 4.8 milhões em pagamentos após a ‘negociata’.

Segundo a decisão, a cobrança de propina ocorreu juntamente à construtora, contratada para a execução de obras de drenagem e pavimentação na Avenida Contor- no Leste, em Cuiabá. A denúncia aponta que a empresa precisou pagar os dois vereadores para que atuassem para viabilizar a aprovação de uma certidão que permitiria ao município de Cuiabá parcelar dívidas tributárias, o que facilitaria a liberação de pagamentos pendentes à empresa.

Em depoimento à Deccor, João Jorge Souza Catalan Mesquita, funcionário da construtora, afirmou que intermediou o pagamento aos dois vereadores. ‘Em seu relato, Catalan Mesquita confirmou a solicitação da vantagem indevida e detalhou os encontros com os vereadores nas dependências da Câmara Municipal de Cuiabá, onde as tratativas e parte dos pagamentos teriam ocorrido’, diz trecho da decisão.

Como prova, o funcionário apresentou diálogos via WhatsApp entre ele e o vereador Sargento Joelson. Na conversa, o funcionário comprovou o pagamento por depósito, via PIX, no valor de R$ 150 mil para José Márcio da Silva Cunha, pessoa indicada por Joelson para receber o pagamento.

‘O Inquérito Policial descreve minuciosamente as atividades criminosas, em tese, praticadas, incluindo registros de conversas via WhatsApp que corroboram a prática de solicitação de vantagem indevida e o recebimento de valores espúrios, isto pelo vereador Sargento Joelson, com o aval do então Presidente da Câmara Municipal, o vereador Chico 2000, além de áudios que indicam e corroboram o contato com o funcionário da empresa HB20, João Jorge, que viabilizou que fosse operacionalizado o pagamento do montante, através da anuência do proprietário da empresa beneficiária, o Sr. Orlando’, diz outro trecho da decisão.